

Jornalismo, Mídia e o desafio da reportagem em Direitos Humanos

(Tradução livre da publicação “Journalism, Media and the Challenges of Human Rights Reporting”, International Council on Human Rights Policy, Genebra - Suíça, 2002
Disponível em http://www.ichrp.org/paper_files/106_p_04.pdf)

AS QUESTÕES

Quando se trata de direitos humanos, os meios de comunicação informam de maneira adequada? Como deveriam os próprios jornalistas e editores julgar a qualidade de suas reportagens neste campo? Que pressões têm de suportar, que limitações enfrentam e como podem se gerenciar melhor?

Estas perguntas formam os pontos de partida do relatório do *International Council on Human Rights Policy* que resumimos aqui. Nele se discutem as dificuldades que encontradas ao comunicar questões de direitos humanos, bem como os efeitos das mudanças no processo de reportagem e na tecnologia, além da análise de como os valores dos próprios jornalistas e editores influenciam em suas prioridades. Ainda que considere também o papel que desempenham outros agentes na geração de notícias, incluindo-se aí as organizações de direitos humanos, o relatório se centra primariamente nas perspectivas dos profissionais em jornalismo e dos editores.

Nos últimos anos, os direitos humanos têm passado a ser cada vez mais proeminentes. Os governos e líderes políticos recorrem às normas de direitos humanos com maior frequência, tanto na formulação oficial de políticas como nos seus discursos. O conhecimento do público a respeito do tema tem experimentado uma evolução similar. Os direitos humanos tem sido considerados centrais na cobertura de muitas matérias internacionais - desde Afeganistão à Palestina, de Colômbia à Serra Leoa – e a estar cada vez mais vinculados aos debates sobre a dívida externa e o comércio internacional, a educação e a saúde. Provavelmente, a cobertura dos direitos humanos nos meios de comunicação continuará aumentando muito e, portanto, passa a ser cada vez mais pertinente que os jornalistas da imprensa, do rádio e da televisão realizem uma reportagem mais apurada sobre a questão.

O relatório não sugere que os direitos humanos sejam mais importantes que outras informações ou que os jornalistas devam prestar uma atenção maior a eles. Os direitos humanos apresentam características específicas como, por exemplo, sua definição legal e sua aplicação. De diversas maneiras, influem diretamente na formulação de políticas públicas e, quando esses direitos são violados, na atribuição de responsabilidades. Como a mídia, os direitos humanos ocupam posição central no processo político. O relatório sustenta que os jornalistas e os editores internacionais (e também os regionais e locais) têm o dever profissional (não moral) de cobrir e explicar as questões de direitos humanos com precisão igual à atribuída a outros temas: apresentar os fatos, evitar o viés (bias)¹ e contextualizar o assunto tratado. Atualmente isto não tem sido suficientemente bem feito e, como resultado, o público que depende dos meios de comunicação

¹ Bias pode ser traduzido como viés ou tendência de considerar um grupo, pessoa, idéia mais favorável que outros.

para obter sua informação, se torna incapaz de compreender ou julgar corretamente a atuação e as políticas dos governos e de outras autoridades.

O PROCESSO DE PESQUISA

O relatório resumido aqui é o resultado de um projeto de pesquisa que se iniciou em julho de 2000. As consultas iniciais e os estudos de viabilidade se realizaram em 1999. Entre os meses de julho e outubro de 2000, o principal pesquisador entrevistou cerca de 70 jornalistas, editores, produtores de publicações influentes de Nova York, Washington, Londres, Paris e Genebra – tanto da imprensa como de rádio e televisão – bem como especialistas em direitos humanos que trabalham com os meios de comunicação.

Em paralelo, quatro pesquisadores – na Bósnia, Burundi, Chile e Palestina – prepararam breves estudos de casos sobre as reportagens da guerra de 1999 em Kosovo, a crise de 1995 em Burundi, a prisão de Augusto Pinochet no Chile e as sanções econômicas internacionais impostas contra o Iraque. Os pesquisadores – todos eles jornalistas praticantes - descreveram e analisaram como são cobertos os aspectos de direitos humanos destes assuntos nos meios de comunicação internacionais e nacionais (ou regionais), e a influência que exerceram os diversos agentes locais e internacionais no conteúdo da informação.

O trabalho de pesquisa foi submetido a exame durante um seminário realizado em Genebra nos dias 27 e 28 de novembro de 2000. Entre os 25 participantes figuravam-se chefes de redação e jornalistas de publicações internacionais, especialistas em meios de comunicação e ativistas de direitos humanos.

Após o seminário foi enviado um rascunho do relatório a cerca de 500 pessoas e organizações de todo o mundo solicitando suas opiniões e comentários. Como parte do processo de consulta, no dia 13 de março de 2001 foi realizada uma reunião em Jakarta, em cooperação com o Instituto de Estudos sobre a Livre Circulação da Informação, em que foram discutidos os temas com um grupo de jornalistas. Os comentários recebidos durante a fase de consulta se incorporaram ao relatório final, que foi editado substancialmente entre agosto de 2001 e janeiro de 2002.

No dia 05 de setembro de 2001, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, o Conselho Internacional patrocinou juntamente com a Oficina do Alto Comissariado de Direitos Humanos, a UNESCO e a Federação Internacional de Jornalistas, uma mesa redonda sobre os meios de comunicação e racismo. Riz Khan presidiu esse encontro.

Um Grupo Consultor de cinco membros orientou e assessorou a pesquisa. O grupo se reuniu em várias ocasiões e realizou várias conferências telefônicas para examinar o progresso da pesquisa e aconselhar sobre sua direção.

AGRADECIMENTOS

Roger Kaplan um jornalista independente em Nova York foi responsável pelo trabalho principal de pesquisa e a preparação inicial do relatório. A edição escrita e editada foi feita pelo Mohammad-Mahmoud Ould Mohamedou, Diretor de Pesquisa do Conselho Internacional de Políticas em

Direitos Humanos e Richard Carver, consultor independente em direitos humanos baseado em Oxford.

Um Grupo Consultor guiou a pesquisa. Seus membros eram:

Margaret Cook

Diretora de Relações Públicas na Comissão Australiana em Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades e Consultora Política Sênior para Rede Nove de TV Nacional na Austrália

Roy Gutman

Ganhador do Prêmio Pulitzer em jornalismo internacional, diretor dos Projeto Crimes de Guerra na Universidade Americana em Washington.

Kwame Karikari

Diretor da Escola de Estudos em Comunicações na Universidade de Ghana, e Diretor Executivo da Fundação de Mídia para África Ocidental (Media Foundation for West África) em Accra.

Jean-Paul Marthoz

Diretor de Comunicações *Human Rights Watch* para região europeia e ex-subeditor do Diário *Le Soir* de Bruxelas.

Aidan White

Secretário Geral da Federação Internacional de Jornalistas, ex-jornalista no Reino Unido.

Quatro pesquisadores prepararam os estudos casos: Nabil Khatib (reportagem regional das sanções internacionais do Iraque), Mirko Macari (reportagem nos meios de comunicação chilenos sobre a detenção de Augusto Pinochet), Yamila Milovic (reportagem sobre a guerra de Kosovo) e Adrien Sindayigaya (reportagem sobre a crise de Burundi).

Loubria Freih e Susan D. Moeller preparou a síntese e os estudos de viabilidade usados no rascunho do relatório.

Encontros foram organizados em Genebra, Londres, Durban e Jakarta onde as seguintes pessoas providenciaram dados e discutiram a pesquisa: J. Lance Alloway, Ade Armando, Miguel Bayón, Kabral Blay-Amihere, Frank Ching, Stanley Cohen, Anna Husarska, Donny Iswandono, Kakuna Kerina, Riz Khan, Claude Moisy, Goenawan Mohamad, Colum Murphy, Ati Nurbaiti, Charles Onyongo-Obbo, Margo Picken, Tessa Piper, Deborah Potter, Wiratmo Probo, Susanto Pudjomartono, Ibn Abdur Rehman, Naomi Sakr, Roger Silverstone, Jhonny Sitorus, Jonathan Steele, Agus Sudibyo, Andrew Thompson and Wandy N. Tutupoong.

Agradecemos a todos eles pela sua cooperação. Agradecemos ainda os comentários dos leitores sobre o rascunho do relatório que circulou internacionalmente durante a primavera de 2001.

Nós desejamos agradecer a Fundação Ford (Nova York), Agência Internacional Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento, o Ministério de Relações Exteriores da Dinamarca, o Instituto Jacob Blaustein para Direitos Humanos (Nova York), Oxfam (Reino Unido) e *Christian Aid* (Reino Unido) pelo suporte financeiro prestado a esta pesquisa.

© Copyright 2002 International Council on Human Rights Policy, Versoix, Switzerland.

Todos os direitos reservados. ISBN 2-940259-24-0

Cover illustration: © The British Museum. Gold Mourning Ring with a painted eye, England, AD 1794.

Design and layout by Aplin Clark, London, United Kingdom.

Printed by Atar Roto Presse SA, Geneva, Switzerland.

Tradução Livre para português: Cinthya Andrade de Paiva Gonçalves

RESULTADOS

Os direitos humanos como notícia

Durante a década de 90, os temas de direitos humanos passaram a ser mais proeminentes tanto na formulação de políticas como na opinião pública. Muitos governos incorporaram oficialmente em suas políticas os princípios de direitos humanos, como consequência do seu ordenamento jurídico. Muitas instituições internacionais (notavelmente as agências das Nações Unidas) inseriram os direitos humanos em sua rede principal de atividades. Os meios de comunicação refletiram este renovado interesse pelos direitos humanos cobrindo as notícias relacionadas ao tema. Hoje, *os meios de comunicação de massas fazem referência aos direitos humanos com maior frequência e de forma mais sistemática em sua cobertura jornalística.*

Como ocorre em todos os aspectos do processo de informação, a influência desta tendência se concentra de forma desproporcional nos países do Norte, onde estão concentrados governos mais poderosos e as organizações de mídia mais influentes. Isto tem uma repercussão significativa tanto na percepção da reportagem em direitos humanos e nas notícias as quais os editores e jornalistas dão prioridade quanto na forma como é feita a redação destas notícias. Em geral, os direitos humanos são percebidos nos países do Norte, e pelos meios de comunicação, como um assunto estrangeiro, que afeta principalmente os países menos poderosos. Em contraste, os jornalistas desses países, para quem as questões de direitos humanos são menos remotas, percebem a cobertura internacional de direitos humanos como essencialmente inadequadas, superficiais e suscetíveis de serem tendenciosas – precisamente porque os países do Norte tendem a não aplicar os princípios de direitos humanos em suas próprias sociedades.

Ainda que os jornalistas tenham ampliado a cobertura aos direitos humanos em novas áreas, *os meios de comunicação dão muito pouca cobertura a muitos dos temas de direitos humanos.* Grande parte da informação é centrada na violação de direitos em situações de conflitos. Sobre as questões de direitos humanos que são menos visíveis ou são processos lentos, raramente se informa. De uma maneira geral, os direitos humanos continuam a ser interpretados como direitos civis e políticos e a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais é quase que ignorada quando os meios de comunicação informam sobre assuntos econômicos, principalmente quando se trata de economia mundial, pobreza, injustiças ou discriminação social e econômica.

A mídia não explica nem contextualiza a informação sobre direitos humanos como deveria. Em geral, não estão faltando dados sobre as violações ou sobre as normas de direitos humanos.

Todavia, o impacto dessas informações no público não é tão grande quanto poderia se esperar. A mídia evita cobrir determinadas notícias de direitos humanos porque *não prestam atenção nas repercussões que estas terão no campo jurídico e político*. Comumente, não possuem *um conhecimento adequado* dos direitos humanos e não vêm quando estes são pertinentes ao assunto que estão cobrindo. Também é freqüente que os meios de comunicação não vejam o contexto das notícias em direitos humanos. Estas deficiências reduzem a qualidade profissional das reportagens e criam obstáculos à comunicação da informação que é, às vezes, essencial para se chegar à compreensão. Também indicam que a profissão deve identificar ou aperfeiçoar os padrões informativos e editoriais a fim de melhorar a exatidão e a coerência da cobertura em direitos humanos.

A mudança do ambiente profissional do jornalista

Ao examinar estas questões, a pesquisa demonstrou que os profissionais da mídia têm pontos de vistas diferentes sobre o estado da cobertura em direitos humanos nos meios de comunicação. As entrevistas com editores, repórteres, profissionais dos direitos humanos e outras partes interessadas, mostram que não existe consenso sobre se os meios de comunicação estão fazendo um bom trabalho de cobertura no campo. Em parte, a dificuldade reside no fato que os direitos humanos englobam questões jurídicas, morais e de filosofia política além dos problemas práticos de aplicação e de cumprimento: o jornalismo tende a concentrar-se mais nos “planos de fundo dos fatos” e em “o que aconteceu e quando”.

Profissionais da mídia se perguntam com freqüência se as questões de direitos humanos são notícias em si, ou somente quando vêm associadas a outras notícias. Em conjunto, as agências de notícias e os meios de comunicação podem publicar e difundir grande quantidade de informações sobre direitos humanos, mas tem que ser seletivos. Não podem publicar tudo; nem tampouco tem o dever de dar precedência aos direitos humanos sobre outros assuntos. Este argumento sobre os princípios profissionais surgiu ao longo de toda a pesquisa e influem nas relações dos profissionais com as organizações de direitos humanos. Falando francamente, a maioria dos jornalistas considera que a função dos meios de comunicação é obter informações, verificar e divulgar. Sua função não se estende a considerar o que deveria ser feito com a informação que põe em circulação – ainda que muitos jornalistas considerem que têm uma responsabilidade especial na defesa dos princípios, incluindo aí os princípios de direitos humanos.

Neste sentido, a questão principal é: quando passa – o não cobrir ou o não explicar a dimensão dos direitos humanos de uma notícia complexa – a constituir o não cumprimento de um dever profissional (não moral) de informar sobre os fatos e dar sentido aos acontecimentos?

A capacidade dos meios de comunicação para cobrir os direitos humanos (e outras questões) de forma coerente e exata se vê limitada pela proliferação de difusores de notícias, pelas mudanças tecnológicas, pela concentração da propriedade dos meios de comunicação em poucas mãos e pelo declive na cobertura de notícias internacionais.

Concentração – A forte tendência em relação à concentração que é observada na indústria dos meios de comunicação reflete um processo mundial mais amplo de concentração no setor privado. Internacionalmente, têm ocorrido fusões significativas de jornais e serviços de notícias. Empresas do setor tradicional de notícias e informações orientadas para o setor de negócios têm se coligado

com outras especialidades do mundo do entretenimento e constituído vastos agrupamentos multimídia.

Essa reestruturação tem conseqüências consideráveis para as organizações que trabalham no campo dos direitos humanos. Aquelas que conseguem acessar as principais fontes de difusão de notícias podem, de uma tacada só, chegar a um público muito maior. Ao mesmo tempo, a luta pelo tempo e acesso se torna mais competitiva e são requeridas competências profissionais mais específicas para acomodar a cultura institucional e a tecnologia dos distribuidores que dominam o setor informativo. Os geradores de notícias são menos capazes de ditar o conteúdo da reportagem que inspiram. Da mesma maneira, os interesses das corporações podem influir nas políticas que determinam a distribuição de notícias “politicamente delicadas” como é a informação sobre direitos humanos.

Reduzir, entontecer e “infoentreter” - As notícias correm com extraordinária rapidez; nenhum difusor pode controlar ou monopolizar a notícia mais que algumas horas e o trabalho de produção depende mais da capacidade de processar grandes volumes de informação de maneira eficaz e de coordenar sua distribuição do que de competências puramente editoriais. Ante a pressão das mudanças, surgem valores novos e competitivos que influem na apresentação e no caráter das notícias.

Neste contexto, muitos jornalistas e observadores dos meios de comunicação manifestam sua ansiedade ante a redução da qualidade da cobertura da mídia. Os jornalistas como outros profissionais dos meios de comunicação devem aceitar sua parte de responsabilidade nesta redução, mas junto à redação são muitos os fatores (tanto internos como externos ao mundo jornalístico) que estão debilitando o bom trabalho jornalístico.

Em conseqüência, os consumidores de notícias têm menos oportunidade de avaliar a informação que consomem. Os difusores de notícias repetem até a saciedade as seqüências imediatas de um acontecimento, mas raramente se apegam à sua complexidade, origem ou contexto. Fazer-lo, segundos os difusores de notícias, simplesmente dependeria de muito esforço, dinheiro e tempo. Por razões similares, há uma tentativa de se evitar as notícias de direitos humanos mais complexas e que não apresentam, de imediato, um lado óbvio a ser tomado ou aquelas notícias em que não se possam oferecer respostas.

A tendência à superficialidade se reforça a cada vez que as notícias se integram na programação como um elemento de um “pacote de entretenimento”. Os temas de direitos humanos se convertem em “histórias de interesse humano”, que tem de acomodar-se a certos clichês emocionais. Como o conteúdo dos programas de notícias é muito similar, a competição entre os provedores os leva a concentrar-se mais na apresentação do que no conteúdo. Os programas se organizam em torno do apresentador ou personalizam os conflitos através de qualquer outra forma como, por exemplo, partindo de um debate antagônico. Estas técnicas tendem a simplificar a informação transmitida que carece de perspectiva. Assim a busca de eficiência está levando a uma redução da qualidade nas salas de redação.

O processo editorial

Essencialmente, a agenda da sala de redação determina, em primeiro lugar, os processos de tomada de decisões em matéria de cobertura e editorial e, em segundo lugar, a cultura editorial da organização – que por sua vez está submetida à influência de vários fatores internos e externos. Sendo o processo editorial um processo de filtragem, a pergunta que se faz é: que filtros são utilizados?

Informar é essencialmente uma função reativa. O dilema fundamental dos jornalistas é ter que juntar fatos e produzir notícias a cada dia (às vezes a cada poucas horas) e, às vezes, de ter que pensar nelas. A cultura de dar notícias mina a reflexão editorial e ética do que é essencial quando se informa sobre direitos humanos.

A seleção de notícias dita os acontecimentos. O dever dos jornalistas não é de reparar injustiças, mas sim de reportar notícias: profissionalmente, eles não sentem o dever de continuar com um assunto pelo qual o interesse do público está desaparecendo. Em geral, a cultura da informação ditada pelo que acontece concentra-se em acontecimentos políticos e militares mais que em processos sociais e econômicos e em consequência ignora ou limita a cobertura de muitas questões de direitos humanos.

Os meios de comunicação decidem o que é notícia onde existe a liberdade de imprensa. Um princípio fundamental de uma sociedade livre e a essência da liberdade de imprensa é a decisão pelos serviços informativos de suas próprias agendas. Em decorrência, por mais inconveniente que seja, tal agenda muitas vezes não corresponde com as prioridades dos ativistas de direitos humanos.

O ambiente editorial está saturado de informações. As notícias de direitos humanos competem com grandes quantidades de informação pela atenção dos jornalistas e editores. Na maioria dos casos, o ângulo dos direitos humanos é um dos vários possíveis ângulos em um caso complexo. Jornalistas não têm o dever de privilegiar as informações em direitos humanos.

Eleger um ângulo limita a cobertura. A eleição de um ângulo em vez de outro depende de como é o julgamento do redator sobre o assunto em relação a três questões: qual é a notícia mais importante, o que já foi publicado recentemente sobre o mesmo tema e como isto vai interessar ao nosso público. As respostas a essas perguntas determinam, em geral, o ângulo da cobertura e é uma das razões pelas quais, raramente, se usa a perspectiva dos direitos humanos como ângulo principal. Se uma notícia é suficientemente importante para ser coberta, normalmente (não sempre) o será por outras razões.

A relação entre repórter e editor é fundamental Tanto os repórteres como os editores participam na decisão sobre quais notícias são selecionadas e como se apresentam. Por várias razões, a relação entre ambos tem mudado. Por um lado, as agências internacionais de notícias empregam hoje mais colaboradores independentes e correspondentes estrangeiros enquanto os editores possuem mais poder editorial, porém menos tempo para monitorar os eventos. Em geral,

os jornalistas e editores expressam preocupação por algumas tendências, ainda que também dissessem que os jornalistas com mais experiência podem influir na seleção de notícias e na qualidade da cobertura.

Impedimentos a uma boa reportagem em direitos humanos

As mudanças tecnológicas e a cultura editorial moderna são dois fatores que influenciam na cobertura dos direitos humanos. Outros fatores também influenciam os meios de comunicação a não representarem de uma forma correta ou a marginalizarem as questões de direitos humanos que, pelo critério profissional, deveriam ser relatadas de uma forma completa e precisa.

Tendência. A independência é fundamental para os princípios jornalísticos. A luta contra a tendência ao favorecimento é interminável. As tendências políticas, institucionais, culturais e lingüísticas, influenciam naquilo que se seleciona como objeto da reportagem e na forma em que ela se apresenta. Visto que as agências de notícias refletem os interesses e percepções de seus públicos e dos países nos quais se encontram, a questão da tendência também surge neste contexto.

Instrumentalização. Com frequência, os direitos humanos são usados com fins de manipulação ou de propaganda. Muitos governos violam os direitos humanos e procuram ocultar os fatos. Outros têm integrado os direitos humanos em sua política exterior. Ainda que isso seja positivo, pode tornar mais difícil para os observadores a distinção entre o que é princípio e o que é interesse nacional. O fato dos direitos humanos serem tanto um código legislativo internacional, que conjuga obrigações jurídicas específicas, como um discurso que apela com força e emoção complica ainda mais o trabalho de reportagem. Nesse terreno politizado e ambíguo, os jornalistas devem evitar a manipulação pelos governos e por outras autoridades.

O uso de linguagem tendenciosa. O uso cuidadoso e preciso dos termos é particularmente importante. Inquestionavelmente, os jornalistas não devem adotar uma linguagem tendenciosa. Devem ser críticos com o uso oficial de terminologias (guerra contra o terrorismo) e cuidadoso ao usar termos de direitos humanos que possuem significado legal (genocídio, crimes de guerra, uso proporcional da força). Frequentemente, o uso descuidado da terminologia contribui para acusações de parcialidade por parte dos meios de comunicação.

Seletividade. Os meios de comunicação têm que ser seletivos. Um difusor de notícias só dispõe de determinado número de páginas e tempo limitado para a emissão da notícia. Ainda que não se possa esperar que os meios de comunicação adotem a mesma agenda de notícias que as organizações de direitos humanos, existe o dever de informar sobre notícias importantes de todo o mundo e de explicar o seu significado. Os meios de comunicação estão expostos a críticas por conceder a certas notícias menos tempo do que elas merecem ou por não explicá-las enquanto outras são reportadas em demasia por preguiça, hábito ou porque imagens da Europa e dos Estados Unidos são mais fáceis de serem obtidas.

Poluição. Informação é manipulada, transmitida, recebida e interpretada muitas vezes antes de ser divulgada. A notícia pura é uma utopia. Da mesma forma, é particularmente prejudicial quando a reportagem em direitos humanos é tão crítica que não se consegue entender, é ambígua, usa termos de significado preciso de forma imprecisa, esboça uma conclusão de direitos humanos

falsa para o fato, ou introduz uma conclusão moral ou ética inapropriada. Muitas notícias que se referem aos direitos humanos são responsáveis por estas distorções, freqüentemente sem a devida intenção.

Reduccionismo A cobertura em direitos humanos tende a ser simples demais, omitindo a variedade e complexidade das normas de direitos humanos e tende a estar constricta geograficamente a certas áreas do mundo. Os meios de comunicação também tendem a reportar as mesmas notícias de forma uniforme (“mentalidade de massa”), o que também reduz a capacidade crítica de reflexão.

Sensacionalismo e negatividade. As notícias de direitos humanos que sobrevivem à seleção editorial tendem a ser sombrias e gráficas. Falhas (de estados, de indivíduos, de sociedades) e desesperos são enfatizados, freqüentemente, fora do contexto ou da exclusão de mais processos positivos. Reportagens legítimas de notícias ruins falham em explicar as causas; como consequência as reportagens frequentemente estigmatizam ou tornam atores locais e sociedades estereotipados.

Falta de contexto As questões de direitos humanos são raramente colocadas em um contexto apropriado. As chaves históricas, sociais e as bases econômicas são freqüentemente omitidas. Até certo ponto a falha em explicar mina a habilidade da reportagem em comunicar informações que são essenciais para a compreensão do público. Isto pode ser particularmente importante em notícias que possuem uma dimensão em direitos humanos.

As organizações de direitos humanos e os meios de comunicação

As organizações de direitos humanos têm adotado um papel mais ativo em relação aos meios de comunicação. Elas têm sido, historicamente, uma fonte chave de informação, mas em anos recentes as maiores organizações têm respondido ao novo ambiente informativo desenvolvendo seus próprios serviços de informação. A maioria dispõe agora de assessores de imprensa profissionais. Competem com os governos e outras instituições pela atenção dos meios de informação, e disseminam informação diretamente. Durante a pesquisa várias questões surgiram acerca do relacionamento entre ONG de direitos humanos e os meios de comunicação.

As organizações de direitos humanos e os meios de comunicação têm poucos interesses em comum. Ao contrário das organizações de direitos humanos, as agências de notícias não consideram que as notícias de direitos humanos sejam intrinsecamente mais importantes. O dilema e o desafio para as ONGs é como manter vivo o interesse dos meios de comunicação sem tornar triviais ou “sensacionalizar” os assuntos que desejam ser divulgados.

As organizações não-governamentais influenciam a cobertura dos meios de comunicação. Muitas ONGs são fontes influentes de informação para os meios de comunicação, para os governos e para outras instituições. Podem desempenhar uma função chave na hora de atrair a atenção dos meios de comunicação para os novos problemas, abusos menos visíveis e lentas crises. Seus trabalhos têm produzido, freqüentemente, uma cobertura mais exata, mais completa e mais coerente. As ONGs com capacidade de pesquisa e de difusão informativa devem decidir se querem se manter fora do mercado da informação, se arriscando a não ter mais do que um papel

marginal no processo de informar, ou se querem tratar de influenciar o mercado de informação, sabendo que isso requererá um certo compromisso.

Para serem eficazes, as ONGs necessitam saber como as notícias são produzidas, selecionadas e estruturadas. Os meios de comunicação exigem simplicidade, franqueza, narrativa, estrutura simples e personalizada da informação. As reportagens habituais sobre direitos humanos não satisfazem a estas necessidades. Em consequência, os jornalistas profissionais consideram, freqüentemente, que a informação proporcionada pelas ONGs é inapropriada, desatualizada ou simplesmente pouco fidedigna. Isto levanta questões sobre treinamento e capacidade em construir um efetivo uso dos meios de comunicação.

Campanhas enfocadas pela mídia têm conseqüências. Os assessores de imprensa profissionais das ONGs são eficazes, mas competitivos. Os esforços de colaboração são freqüentes, mas têm somente um êxito parcial. A informação das ONGs se vê submetida as mesmas forças que selecionam ou não outras informações. O desejo de se fazer ouvir impulsiona as ONGs a identificarem-se com as tendências predominantes nos meios de comunicação, correndo o risco de ter seus valores e agendas específicas ofuscados por esses meios. Esta situação convida a certos tipos de distorção que não são necessariamente desonestos.

Perspectivas nacionais e internacionais dos meios de comunicação

As condições políticas, econômicas e culturais tão diversas em que operam os meios de comunicação de distintos países influenciam na reportagem em direitos humanos. As condições de trabalho determinam de maneira considerável como e se os meios de comunicação abordarão temas de interesse público, incluídos os direitos humanos. As distintas circunstâncias e experiências históricas podem assim mesmo influenciar os valores dos jornalistas e suas prioridades.

Uma via de mão dupla. Nos países nos quais a liberdade de imprensa não existe ou é limitada, a cobertura internacional ou regional dos assuntos locais pode criar mais espaço. Em muitos casos, entretanto, as ONGs e os meios de comunicação locais precisam da cobertura informativa internacional para legitimar o seu próprio trabalho; não dependem de fonte externas para obter informação.

Fontes. Os meios de comunicação internacionais frequentemente recorrem uma notícia somente depois de que tenha sido assinalada por uma ONG do Norte; raramente cobrem um assunto tratado pelas ONGs ou pelos meios de comunicação locais. Além disso, se estas notícias são publicadas, os meios de comunicação raramente citam como fonte as ONGs ou os meios de comunicação locais, privando-os assim de reconhecimento e, às vezes, de proteção.

Free-lancers. Os cortes nos recursos financeiros destinados aos assuntos internacionais têm levado os meios de comunicação internacionais a recorrer a free-lancers, muitos dos quais são jornalistas locais. Estes se beneficiam de melhores condições econômicas e a experiência que ganham é benéfica para os meios de comunicação locais. Mas, às vezes, os free-lancers locais podem se ver marginalizados com relação às decisões editoriais, e expostos a maior risco quando se ocupam de assuntos de direitos humanos delicados.

Ambientes profissionais diferentes. A maioria dos jornalistas dos países do Norte trabalha em melhores condições trabalhistas que seus colegas dos países do Sul, muitos dos quais operam, ademais, em ambientes políticos e legais muito menos favoráveis. Para estes jornalistas, muitos deles com experiência pessoal nos períodos de repressão, informar sobre assuntos de direitos humanos é mais perigoso e, às vezes, mais imperioso.

Compromissos e prioridades discrepantes. Em geral, os jornalistas dos meios de comunicação não-ocidentais tendem mais a vincular seu trabalho com a luta pelos direitos humanos que seus colegas dos países do Norte. Vários dos jornalistas ocidentais entrevistados para esse relatório argumentaram que o trabalho para os meios de comunicação é transmitir a informação com exatidão e objetividade, e que a identificação com questões de direitos humanos é perigosa no sentido de minar o papel fundamental dos meios de comunicação. Em contraposição, os jornalistas dos países do Sul freqüentemente abordam de forma muito consciente os direitos humanos como parte de seu compromisso de buscar mais liberdade em sua respectiva sociedade. Compartem do mesmo compromisso ético com a verdade, mas tendem a considerar irreal ou ideológica a noção de que os jornalistas podem ser observadores imparciais. Também advertem que os jornalistas estrangeiros que aplicam simples critérios de notícias a assuntos locais complexos podem informar tão mal que até podem por em perigo os repórteres locais e reduzir o já limitado espaço que possuem para informar em âmbito local.

CONCLUSÕES

A maior parte dos profissionais dos meios de comunicação e dos ativistas de direitos humanos concorda que *os meios de comunicação são hoje mais receptivos a questões de direitos humanos* – ainda que o consenso não se estenda a considerar que a cobertura do tema é boa.

Muitos dos jornalistas entrevistados consideram que *a promoção dos direitos humanos, como tal, não é necessariamente responsabilidade dos meios de comunicação*. Um número significativo também considerou que os direitos humanos deviam ser promovidos (ainda que apenas pelo relato de fatos). Entre os jornalistas existem atitudes diversas. A maioria está de acordo que são necessários processos melhor informados e mais sagazes para uma boa cobertura.

Segundo se depreende da pesquisa, os temas de direitos humanos são mencionados, mas não são cobertos. *As questões de direitos humanos são introduzidas nas reportagens, mas não formam o ponto principal da notícia*. E quando o fazem, o como depende do grau de profundidade que querem alcançar os editores de uma notícia particular. Desde a perspectiva dos defensores de direitos humanos, este tem uma dimensão positiva: uma cobertura limitada de muitas notícias pode ser melhor que uma cobertura sumariamente especializada, ou melhor que nenhuma.

Os jornalistas tendem a estar de acordo que os direitos humanos deveriam estar incluídos em toda notícia em que eles são relevantes e que deveriam informar a análise de notícias. A fraqueza é que *as questões de direitos, ainda que incluídos, não são articulados como tais*. A falta de análise explicativa mina a qualidade da cobertura. Quando esta ausência impede aqueles que recebem a informação entendam o que ela significa, a falha constitui uma negligência profissional (não ética).

Certas tendências na reportagem em direitos humanos infringem os princípios do jornalismo responsável. A evolução do direito internacional na esfera dos direitos humanos, o uso mais explícito que os governos fazem dos direitos humanos como ponto de referência, e a crescente complexidade de muitas questões que surgem na cobertura, indicam que *os meios de comunicação devem examinar a forma como informam sobre os temas com uma dimensão de direitos humanos, e que devem levar mais a sério a responsabilidade de dar-lhe uma cobertura exata.*

Para isto talvez sejam necessárias novas formas de treinamento para os jornalistas lidarem com:

A ignorância sobre o que são os direitos humanos. Muitos jornalistas simplesmente não conhecem suficientemente sobre direitos humanos e a legislação de direitos humanos, e sobre as leis de guerra e o direito humanitário. Os meios de comunicação têm o dever profissional de entender o que esses direitos são a fim de serem capazes de descrever os fatos e explicá-los ao seu público.

A confusão sobre onde os direitos humanos estão. Os meios de comunicação internacionais tendem a presumir que violações de direitos humanos ocorrem no exterior. Esta presunção é falsa e distorce a cobertura das notícias. Muitas violações ocorrem, e são documentadas, na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que são governos que têm obrigações quanto ao respeito dos direitos. A cobertura dos direitos humanos deve ser apropriadamente internacional e os critérios para a cobertura devem ser similares de um país para outro.

Incompreensão do alcance dos direitos humanos. Violações de direitos humanos são freqüentemente e principalmente associadas com conflitos e com regimes autoritários. Em consequência, tende-se a ser reportado um espectro muito estreito dos direitos civis e políticos. Direitos econômicos, sociais e culturais estão quase que inteiramente ausentes da cobertura em direitos humanos pelos meios de comunicação internacionais.

O desafio chave para os profissionais da mídia é cobrir as questões de direitos humanos de forma precisa e consistente, de uma maneira que *dê ao público informações suficientes sobre o contexto e exista uma cobertura continuada para que haja um sentido nos fatos que estão sendo divulgados.* Este objetivo não é, de nenhuma forma, alcançado regularmente.

RECOMENDAÇÕES

Para jornalistas, editores e organizações dos meios de comunicação

- Jornalistas devem ter oportunidades de se tornarem melhor informados sobre instrumentos de direitos humanos internacionais. A melhor forma de atingir este objetivo é através de uma variedade de atividade que os sensibilizem para estas questões, incluindo:
 - Cursos preparatórios de direitos humanos para pessoas matriculadas em cursos de jornalismo;
 - Formação profissional e cursos para a própria empresa, sobre normas internacionais de direitos humanos, que incluam as perspectivas nacionais sobre a legislação em direitos humanos;

- Programas editoriais internos que revisem as reportagens em direitos humanos;
 - Ações para promover o intercâmbio de opiniões entre jornalistas e organizações de direitos humanos nos níveis regionais, nacionais e internacionais.
- As agências de notícias, os meios de comunicação e os grupos de jornalistas devem promover níveis mais altos de diversidade dentro das salas de redação uma vez que reforçam a capacidade dos jornalistas para trabalhar profissionalmente e em condições seguras. Os meios de comunicação devem ganhar a confiança do público pela qualidade da informação que difundem. Algumas medidas práticas seriam:
 - Adoção de políticas de emprego e contratação de pessoal promovendo um equilíbrio étnico e de gênero nas salas de redação;
 - Ação por parte das agências de notícias para melhorar a segurança do pessoal que empregam, incluindo aí os trabalhadores autônomos, mediante formas apropriadas de treinamento em identificação de riscos e proporcionando o equipamento técnico apropriado;
 - Atualização regular dos manuais sobre reportagem, edição e estilo, para familiarizar os jornalistas e equipe editorial com a terminologia dos direitos humanos e pra reforçar os princípios éticos na cobertura de questões de direitos humanos. Deve-se ter em conta as diretrizes sobre as questões de direitos elaboradas pelas associações profissionais de jornalistas.
 - Fomento da cooperação profissional entre repórteres e correspondentes que trabalhem em meios de comunicação distintos em diferentes regiões a fim de que compreendam melhor as condições locais e desenvolvam uma rede mais diversa, mais fidedigna e de melhor qualidade de fontes de informação; e
 - Formas de autoregulação para estabelecer uma relação de confiança com o público e para ajudar aos jornalistas a examinar de forma crítica suas práticas e os marcos que enquadram a reportagem em direitos humanos. As estruturas de autoregulação devem ser independentes e proporcionar um ponto acessível entre os meios de comunicação, os jornalistas e o público a que servem.

Aos governos e às organizações internacionais

- Os governos devem comprometer-se a eliminar todas as formas de ingerência oficial no trabalho de imprensa e suprimir todos os obstáculos que impeçam o livre exercício do trabalho jornalístico.
- Quando existir financiamento público dos meios de comunicação, devem ser incorporadas garantias aos regulamentos para assegurar que não haja ingerência política nem conflitos de interesse e garantir, assim, a independência dos jornalistas.
- Os governos devem proporcionar amplo acesso à informação oficial e treinar os porta-vozes oficiais para que proporcionem aos meios de comunicação informações atualizadas e fidedignas sobre as obrigações do Estado em matéria de direitos humanos.
- Os direitos do jornalista ao atuar de forma ética devem ser protegidos e reforçados, por exemplo, reconhecendo o direito dos jornalistas em proteger suas fontes, e protegendo-os da dispensa ou outras medidas disciplinares de que possam ser objeto por haver atuado segundo o ditado de sua consciência profissional.

- As organizações intergovernamentais devem desenvolver programas de assistência mais efetivos e integrados para fomentar a excelência dos meios de comunicação na reportagem dos temas dos direitos humanos, especialmente mediante:
 - Programas coordenados de assistência aos meios de comunicação dos países em desenvolvimento;
 - Medidas positivas para promover níveis de qualidade altos, por exemplo, patrocínio de atividades de investigação, prêmios de jornalismo e estreitamento dos vínculos entre os meios de comunicação internacionais e os pequenos difusores locais.

Às organizações de direitos humanos

Para desempenharem com eficácia os seus papéis, os grupos de jornalistas, os meios de comunicação e as organizações de direitos humanos necessitam compreender suas respectivas funções e responsabilidades.

As organizações de direitos humanos podem contribuir da seguinte maneira:

- Promovendo um debate interno entre ativistas de direitos humanos sobre o trabalho dos jornalistas e dos meios de comunicação;
- Estabelecendo contato direto com associações de jornalistas e de meios de comunicação para discutir temas relacionados aos meios e formas em que ambas as partes podem colaborar para criar melhores condições legais, políticas e sociais para o exercício do jornalismo;
- Organizando reuniões conjuntas com os meios informativos e jornalistas para discutir aspectos preocupantes da reportagem em direitos humanos e as formas de colaborar no trabalho de procurar informação precisa e fidedigna sobre os direitos humanos; e
- Sugerindo ações afirmativas para promover uma melhor compreensão da agenda de direitos humanos, por exemplo, patrocinando prêmios nacionais do jornalismo e oferecendo bolsas de pesquisa para jornalistas que se ocupem das questões em direitos humanos.